

A violência política contra “militantes do afeto”

Nicole Maria Babugia Pinto^I

Resumo: este estudo apresenta narrativas de mulheres que auxiliaram na resistência à ditadura militar (1964-1985) através de seus relacionamentos afetivos. Os trechos vão se centrar nos sofrimentos experienciados por essas mulheres que mesmo seguindo o determinado para o padrão “feminino” foram alvo da violência da repressão. Para tanto, foram analisadas 116 transcrições de depoimentos civis de mulheres coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre os anos 2012 e 2014, que tinha como objetivo investigar sobre as graves violações ocorridas entre 1946 até 1988.

Palavras-chave: mulheres; ditadura militar; repressão.

Political violence against “affection militants”

Abstract: this study presents narratives of women who helped resist the military dictatorship (1964-1985) through their affective relationships. The excerpts will focus on the suffering experienced by these women who, despite following the “feminine” standard, were targets of the violence of repression. To this end, 116 transcripts of women's civil testimonies collected by the National Truth Commission (CNV) between 2012 and 2014 were analyzed, which aimed to investigate the serious violations that occurred between 1946 and 1988.

Keywords: women; wives; military dictatorship; repression.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

Introdução

Ao longo do período da ditadura militar (1964-1985), as mulheres desempenharam diferentes ações de luta em resistência ao regime imposto, algumas faziam parte de organizações de esquerda e da esquerda armada, se engajando enquanto militantes políticas e ousando desafiar a ordem de gênero estabelecida, que determinava a elas o cuidado da casa e da família, em suma, o mundo privado.

Ainda para essa luta, existiram mulheres que se envolveram por conta de seus afetos, resultado de suas interações com seus familiares como companheiros e filhos/as e da sua responsabilização enquanto cuidadoras do lar, pois sair em defesa da família quando esta era prejudicada também as levava a se opor à violência empregada pelo Estado contra seus familiares. Sendo assim, as mulheres que desempenharam ações em defesa de seus entes e desafiaram o regime vigente, indo em auditorias, visitando prisões e despistando agentes do Estado, podem ser consideradas militantes do afeto, já que foi a partir dos seus relacionamentos que elas adentraram na resistência.

O objetivo deste texto é apresentar as violências que as militantes do afeto sofreram devido às suas atuações em defesa e apoio aos seus entes, principalmente esposas e mães. Para tanto, foram selecionadas 116 transcrições de depoimentos de mulheres civis coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que visava investigar sobre as graves violações cometidas pelo Estado durante os anos de 1946 e 1988. Nesses depoimentos estão presentes militantes políticas e militantes do afeto, porém neste trabalho serão apresentados somente os casos relativos às militantes do afeto, inclusive sendo consideradas dentro dessa categoria mulheres citadas pelas depoentes, como suas mães.

Essas transcrições foram analisadas a partir do conceito de “lógica de afeto”,^{II} por isso denominá-las de militantes do afeto, construído para compreender a lógica que levou à atuação de mulheres na formação de organizações em defesa dos direitos humanos e de seus familiares presos e desaparecidos, como a organização de Mães da Praça de Maio na Argentina e o Movimento Feminino Pela Anistia no Brasil, que tinha como origem principal os seus afetos e não uma lógica política.^{III} Isso não significa que ações com base nos seus afetos não tenham conotação política, mas que a motivação inicial não se restringia apenas aos interesses políticos. Além da iniciativa de suas atuações partirem de suas relações afetivas, o conceito também ajudou a compreender que essas mulheres foram atingidas por conta de seu apoio para com seus entes, já que foi por meio de ações em defesa de seus familiares que elas foram presas, exiladas, torturadas, ameaçadas, violentadas e vigiadas. Também contribuiu como recurso teórico a investigação através de paradoxos presentes no testemunho e no testemunho feminino, para perceber a forma como essas mulheres narravam suas histórias.^{IV}

Esposas e mães: exílio e repressão

Dentre as militantes do afeto, predominou a presença de mães e esposas que ora foram para o exílio por conta da militância de seus companheiros, ora foram presas ou ainda ficaram sozinhas cuidando do sustento da casa enquanto o seu companheiro foi preso ou assassinado. Cabe expor que nem sempre os nomes dessas mulheres estiveram disponíveis nos depoimentos, pois não foram em todos que as depoentes citavam os nomes das mães.

A mãe da depoente Diclani Suissa Martins de Brito não chegou a ter o seu nome citado no depoimento da filha. A depoente Diclani tinha 2 anos na época quando sua mãe conseguiu avisar o pai, através de uma carta, que agentes do governo estavam a procura dele. Depois de receber o aviso, seu pai fugiu do país e se exilou na Costa Rica formando outra família. Sua

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

mãe, por sua vez, não só permaneceu no Brasil com 6 filhos para tomar conta como também teve a casa vigiada por 2 meses caso ele retornasse.

Sendo um depoimento coletado em conjunto com uma comissão estadual, quem ouviu Diclani foram homens que estavam mais interessados na história de seu pai, inclusive eles solicitam à depoente que ela contasse sobre o pai, porém Diclani faz questão de ressaltar as dificuldades enfrentadas pela mãe diante do exílio do pai. Ela relatou:

E aí não regressou mais para a cidade, para lá construiu outra família. E minha mãe ficou aqui com 6 filhos pequenos. O mais velho tinha 9 anos na época. Eu, que sou a caçula, ia fazer 2 anos. Saiu em agosto e eu ia fazer em dezembro 2 anos. E aí a minha mãe foi lutando com esses 6 filhos sozinha e ela ficou quase dois meses com a casa vigiada pela polícia, cercada a casa toda, que ela não podia ir ao banheiro que eles estavam junto, para saber se ela não ia mandar algum recado, algum bilhete lá para ele.^v

Partindo da sua relação afetiva enquanto esposa, a vida da mãe de Diclani se transformou quando o marido foi forçado ao exílio. Nessa situação, ela teve que lidar com o sustendo de 6 filhos e com a constante presença de agentes da repressão vigiando a casa. As mulheres que se depararam com mudanças em consequência de ações da repressão, como a prisão ou desaparecimento de seus familiares e invasão de suas casas, foram obrigadas a se tornar novas mediadoras do público e do privado, frequentemente isso significava sustentar a casa financeiramente ao mesmo tempo em que cuidavam dos/as filhos/as e saíam em busca de notícias de seus familiares.^{vi}

Não há mais descrições que indiquem se essa senhora sofreu alguma agressão enquanto os agentes vigiavam ou permaneceram na casa. Além disso, Diclani não relatou como a mãe deu conta de cuidar dos/as filhos/as sozinha, embora caiba aqui conjecturar sobre a dificuldade que essa mulher deve ter enfrentado, sendo deixada como mãe solteira e ainda monitorada pelos órgãos da repressão.

Se no caso dessa mãe ela foi deixada junto com os/as filhos/as, existiram casos em que as mulheres foram obrigadas a se exilar por conta da militância de seus companheiros, situação da depoente Benita Beatriz Accioli Cannabrava.

Benita e seus 2 filhos tramitaram por muitos países da América Latina por conta da repressão à militância de Paulo Cannabrava filho, marido de Benita, na Ação Libertadora Nacional (ALN). O exílio tem origem na prática do banimento e, diferente do e/imigrante que saí em busca de melhores condições de vida, os/as exilados/as não possuem nenhuma motivação além da fuga.^{vii} Nesse sentido, apesar da existência de uma hierarquia no exílio, que considerou somente como exilados/as aqueles/as pessoas atingidas por perseguição política direta, para as companheiras

A feminilidade prescrita pelas relações de gênero vigentes, na época, exigiu que elas submetessem suas vidas às ações de seus parceiros, o que as colocou em uma pretensa condição de acompanhante no que diz respeito ao deslocamento exilar. Entretanto, essas mulheres exiladas, mesmo quando não militantes políticas, foram afetadas pela conjuntura brasileira e isso não as excluí da categoria de exílio.^{viii}

O exílio também poderia gerar mudanças nos relacionamentos e em vários aspectos da vida de homens e mulheres, como nos relacionamentos e no trabalho doméstico e fora de casa. No caso da depoente, em consequência do exílio, ela deixou de atuar na área que tinha se formado, odontologia, e assumiu a profissão de cantora e professora de música, inclusive se apresentando com outro nome, Marina.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

Para ajudar na sobrevivência da família as mulheres no exílio trabalhavam em empregos desvalorizados financeiramente mesmo quando possuíam curso superior, para contribuir com a renda familiar em razão do alto custo de vida.^{IX} Tal percepção também pode valer para Benita, já que ela não conseguiu validar seu diploma no exterior, no seu caso o emprego na área da música ainda pode ser um pouco mais valorizado do que como secretária, operária e outros serviços que as mulheres tiveram que aceitar.

Sobre sua relação com a militância do seu marido, Benita indicou:

Sabia da militância. Uma vez me perguntaram, esse projeto que eles fizeram aí do: ‘Resistir é preciso.’ Me perguntaram assim: ‘Por que você foi embora com o seu marido e os filhos para Cuba?’ Aí eu disse que foi por amor. Aí me perguntaram se era amor ao marido ou amor à causa. Aí eu disse: ‘Não, naquele momento foi amor ao marido. Eu não queria romper a minha família.’ Para mim era muito importante manter a família. A gente saiu clandestino, nem a minha família podia saber onde a gente estava indo. Horrível.^X

O amor ao marido e a intenção de manter a família unida são sentimentos de carinho e cuidado importantes e que são valorizados pela depoente. Por outro lado, analisando pelo viés do gênero, o cuidado tanto da família como do marido era uma característica que, segundo o padrão construído, devia ser cultivada por pessoas do sexo feminino. Nesse sentido, o gênero pesou no exílio, o casamento foi uma instituição que fez com que muitas mulheres fossem exiladas, uma vez que era uma construção cultural que atribuía às mulheres cuidados com família e marido.^{XI}

Conforme foram se mudando de país em país, toda a família se viu em uma situação complicada de constante mudança. Segundo o seu depoimento, Benita e o marido tinham preferência, toda vez que se mudavam, por “montar a casa do zero” comprando novos móveis e artigos para as casas. Levando em consideração que eles passaram por diversos países como Bolívia, Panamá, Uruguai, Argentina e Cuba, essa experiência era desgastante.

O exílio pode dar a sensação de se estar em um “entre-lugar”, pois a pessoa se situa no limite entre dois mundos, duas culturas e dois países, sem pertencer a nenhum dos dois “ao mesmo tempo que buscam esquecer o que de ruim viveram em seus países de origem e se adaptarem ao que estão vivendo, não conseguem esquecer e/ou deixar de aspirar a determinadas posições que possuíam”.^{XII}

No caso de Benita e de sua família, a situação pode ter sido tão desgastante a ponto de ela e seus filhos desenvolverem depressão. Seus filhos mudaram de escola 8 vezes em meio às viagens até que em determinado momento, enquanto ela e seu companheiro estavam no Panamá, ambos os filhos ganharam uma bolsa de estudos em Cuba.

Foram para Cuba. Eles foram com uma bolsa par Cuba. Pré-adolescentes, você imagina o drama deles também, não é? Longe da família, em uma idade complicada. 13, 14 anos, muito complicada. Bom, eles ficaram lá, praticamente, quase dois anos”.^{XIII}

Essa separação, ressalta Benita, foi muito difícil:

É claro que tive crises de depressão, quando os filhos foram embora para Cuba eu tive uma crise de depressão violenta. Que separar assim completamente dos filhos foi muito complicado. Mais geralmente eu conseguia superar essas crises. Dessa vez eu tive que fazer terapia mesmo. Inclusive eu encontrei no Panamá uma Musicoterapeuta maravilhosa.^{XIV}

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

A partir desse trecho é possível identificar que Benita provavelmente já teria desenvolvido crises de depressão durante as migrações entre os países, observando a fala “Mais geralmente eu conseguia superar essas crises”. Esse indício pode ser um sinal de que episódios parecidos sucederam anteriormente, mas que ela somente buscou auxílio psicológico quando seus filhos foram para Cuba. Interessante que a depoente só abordou sobre as suas crises no final do seu depoimento quando relatou sobre a separação com os filhos, um pouco antes Benita citou as consequências para eles, que apresentavam sintomas de depressão e fizeram terapia.

O fato dela se delongar primeiro nas sequelas de seus filhos, sinalizar a sua própria dor a partir da deles e ainda no final do depoimento, talvez se remeta a um paradoxo para o testemunho feminino. Nele, as mulheres se colocariam como coadjuvantes de sua própria história durante o seu relato, narrando suas vivências a partir de outros.^{XV} No caso de Benita, ela transpareceu as suas dificuldades diante dos acontecimentos que causaram crises de depressão, a partir de dor semelhante vivida pelos filhos.

Por outro lado, apesar do exílio junto com seu marido, foi durante esse período fora do país que a depoente entrou em contato com a política, em especial com movimentos de mulheres, como conta:

como simpatizante dos movimentos de esquerda, mas eu nunca tinha sido militante, eu comecei a me interessar em participar em alguma coisa. Já que eu estou sofrendo todas as consequências, vamos participar em alguma coisa. E onde que eu entro, que para mim foi a entrada para participar da política foi o Movimento de Mulheres.^{XVI}

A partir de sua fala é possível perceber que Benita aproveitou o espaço em que foi obrigada a adentrar da melhor forma que conseguiu, mesmo reconhecendo as dificuldades que a família vivenciou no “entre lugar” do exílio. Seu engajamento se iniciou com o contato inicial no Partido Comunista Peruano, que realizava palestras denunciando a ditadura militar no Brasil e começava a abordar questões relacionadas às mulheres. Depois disso, Benita passou a cantar em eventos políticos e em sindicatos, principalmente enquanto esteve no Panamá e na Bolívia. Essas experiências com questões que envolviam a temática feminina aparentemente influenciaram tanto a depoente que, com o retorno ao Brasil, ela se tornou uma das fundadoras da Organização Não Governamental (ONG) Associação Mulheres pela Paz.^{XVII}

Para aquelas que atuavam politicamente em alguma organização, o exílio não só poderia interromper a sua atuação nesse campo como também transformar suas carreiras profissionais. As mudanças na vida profissional e militante poderiam ressaltar situações que elas não consideravam injustas até então, como dupla jornada de trabalho e assimetrias dentro e fora do espaço familiar, inclusive nas organizações de esquerda. Essas novas percepções se ampliavam quando elas interagem com mulheres que se rebelaram ou se mobilizaram diante das desigualdades sentidas, como por exemplo em grupos de reflexão apenas para mulheres.^{XVIII}

A volta para o Brasil apresentou novidades não tão agradáveis para Benita. Segundo seu depoimento, ela sentiu um distanciamento com relação às pessoas que ficaram, elas evitavam tocar no assunto mesmo que, por ter morado em diferentes países, o tema chamasse a atenção para uma conversa.

Pedrina José de Carvalho também foi uma mulher exilada em consequência da militância de seu marido, porém, no seu caso, ele já estava morto quando ela deixou o país. Devanir José de Carvalho, marido de Pedrina, se tornou militante político depois do casamento deles em 1963, quando começou a se envolver com o movimento operário, inclusive sendo realizadas reuniões em sua casa. A partir de 1964, segundo o depoimento de Pedrina, perseguições foram realizadas no sindicato e a família foi compelida a mudar de cidade. Devanir passou a trabalhar como taxista, continuando seu engajamento em organizações como

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ala Vermelha.

Ao longo da militância do companheiro, Pedrina já tinha 2 filhos que, assim como ela, entraram para a clandestinidade em consequência da repressão ao engajamento de Devanir. A clandestinidade dentro do próprio país também gera sentimentos específicos para aqueles/as que a experienciam, ela traz um sentimento de desterritorialização tanto geográfica como social e psíquica, que pode ser somada à experiência da tortura e prisão.^{XIX} Pedrina expressou o sentimento de separação em relação a família, da qual teve que se manter afastada mesmo em datas comemorativas:

Mas até a gente saber mesmo, foi depois, quando a coisa ficou feia mesmo, que a gente fala, aí não podia visitar a família, morava aqui em São Paulo, mas não podíamos ir em casa que a polícia sempre estava nas datas comemorativas: Era dia das mães, dia dos pais, aniversário. Então a gente não podia mais ver a família, que era perigoso. Assim como, o isolamento afetou seus filhos que foram proibidos de irem para a escola, e também tiveram que sair para o exílio.^{XX}

Em 1971, o marido de Pedrina foi assassinado saindo da casa de um companheiro militante. Em decorrência da “queda” do marido, a casa onde Pedrina e os filhos se encontravam foi descoberta e ela foi presa. Durante a prisão, a depoente não chegou a ser torturada fisicamente, mas descreveu que foi obrigada a lavar louça juntamente com as filhas de Fanny Akselrud Seixas, mãe da depoente Ieda Akselrud Seixas:

É, as duas filhas dela, que é a Iara e a Ieda. Elas ficaram presas todas juntas, eu eles colocaram na cozinha para lavar louça, falavam que era... ‘É, você ficava cozinhando para o Lamarca, lavando louça, agora vocês vão trabalhar aqui na cozinha nossa.’ Daí colocava para lavar louça, e as meninas limpavam banheiro, colocaram para limpar banheiro.^{XXI}

Esse tipo de violência visava não só diminuir a mulher e impor sobre ela o local que lhes era destinado segundo o padrão de gênero, isto é, o espaço doméstico e suas as tarefas, mas também quebrar a sua autonomia. Além disso, apesar de Pedrina não ter sofrido violências físicas eram constantes as ameaças de cunho psicológico, visando principalmente seus filhos:

Interlocutora não identificada – Em algum momento durante o interrogatório fizeram maus-tratos contra a senhora?

Pedrina José de Carvalho – Não, foi mais psicológico, que já tinham matado o marido, eu magra, magra, uma dor de cabeça que não passava, aí eles falavam que ia buscar o meu filho mais velho, que era o Carlos, que tinha sete anos, faziam essas coisas, psicológico mesmo.^{XXII}

Utilizar a maternidade e ou ameaças aos/às filhos/as tem como objetivo atingir a mulher enquanto mãe, ao responsabilizá-la pelos sofrimentos que poderiam ser causados aos/às filhos/as. Os agentes faziam uso político da culpa, empregue para justificar as violências contra seus/as filhos/as, imputando às mães a culpa dos sofrimentos das crianças. Isso fazia com que a vítima se sentisse responsável pelas violações cometidas, intensificando a tortura.^{XXIII}

Pedrina conseguiu deixar os filhos com a sogra, ela não descreveu como isso aconteceu, mas evitou que fossem levados para um juizado de menores. Também é interessante observar as falas a respeito de seus filhos, pois, assim como Benita, Pedrina apresentou algumas sequelas psicológicas em razão da perda do pai. Segundo a depoente, o mais velho viu a notícia do falecimento na televisão e apresentou dificuldades mais visíveis afirmando que iria vingar o

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

pai. Para o mais novo, as sequelas foram percebidas de forma mais sutil, Pedrina ressalta um episódio em que percebeu o quanto a morte do pai afetou o filho:

Tem uma coisa também que marcou muito: A minha sogra tinha galinha e tinha um papagaio que era nosso, eu tinha deixado com a minha mãe... Na época que eu fui embora para o Rio tinha deixado com a mãe. Aí esse papagaio foi parar na casa da minha sogra, a minha sogra foi matar o galo, foi correndo no quintal e ele brincando, pequenininho (ininteligível), ele disse para ela: ‘Vó não mata o galo não, ele é pai do louro.’ Isso aí marcou demais.^{XXIV}

A afirmação do filho talvez tenha possibilitado com que Pedrina identificasse o quanto o assassinato do pai afetou o filho, que a expressou de forma sutil. Ele, ao alertar para a preservação do galo em razão da sua relação de paternidade com o louro, indica a importância da relação que ele mesmo já não tinha mais, apresentando de forma subliminar o quanto a sua perda o afetou. Novamente o sofrimento dos filhos são marcos intensos presentes no relato das mães, que estão atentas aos seus sofrimentos mesmo quando se apresentam de forma mascarada, muitas vezes se sentindo culpadas por essa dor.

muitas militantes viveram na clandestinidade e tiveram suas vidas alteradas diante do imperativo da sobrevivência, mas a pressão pelo desempenho do papel de mãe se fazia presente e, ao não conseguirem manter uma rotina de infância tida como comum, os filhos e filhas buscaram construir sua subjetividade em meio às condições impostas pela perseguição política. Como crianças, buscavam entender a si e ao mundo, o que, por vezes, gerava perguntas que despertavam o sentimento de impotência e de culpa nas mães militantes.^{XXV}

Após conseguir liberdade condicional, o exílio foi imposto à Pedrina que se estabeleceu, por fim, em Portugal. O caminho para a Europa foi longo, primeiro ela foi para o Chile, onde já na chegada passou uma noite na rodoviária com as crianças. A situação se complicou ainda mais com o golpe em 1973, quando a depoente buscou refúgio na embaixada da Argentina, ainda enquanto estavam no Chile. Lá a estadia foi difícil por causa da quantidade volumosa de pessoas e o racionamento de comida, o pouco que chegava de alimentos Pedrina destinava a maior parte para as crianças. Depois de meses nessa situação, vivendo com a preocupação do que viria a ser o dia de amanhã nas palavras de Pedrina, ela partiu para Portugal em 1974, onde ela se casou novamente e teve seu terceiro filho. Eles permaneceram até 1978 em Portugal, quando conseguiram retornar ao Brasil.

Outro caso parecido foi o de Maria das Dores Romaniolo, mãe da depoente Roberta Romaniolo de Mattos. Segundo a filha, Maria Romaniolo não militava em nenhuma organização, em contrapartida o marido, Wânio José de Mattos, era engajado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a perseguição aos membros da organização os obrigou a se exilarem no Chile. Com o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende, o pai de Roberta foi assassinado e a mãe foi presa e separada dela quando ainda era bebê. A separação afetou muito Maria das Dores, como descreve a depoente:

os militares chilenos invadiram a nossa casa, e prenderam meu pai, todo mundo que estava lá. E eles foram levados, e minha mãe também foi levada comigo, e foi colocada numa cela, meu pai foi levado para o que a gente acredita provavelmente para o estádio já. E a minha mãe dizia que ela ficou na cela comigo, mas como eles chegaram e entraram, não deu tempo dela pegar nada, e não tinha o que comer. E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu. E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias. E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias. [...] E quando eles me levaram da cela, ela dizia que era um general, era alguém de uma patente mais alta, pela farda, ela dizia, que ele entrou na cela, ele parou na cela e falou para ela, que como que uma puta brasileira podia ter uma filha tão linda e ele só tinha dois meninos, e que ele ia me levar para ele, foi assim que eles me levaram da cela. E aí ela quando eles me trouxeram de volta, ela pediu para que eu ficasse com uma.^{XXVI}

A mulher militante política era sempre observada como desviante, o que significava, para a repressão, que não se podia ser comunista sem ser puta. Ao rotulá-las como ser promíscuo, se negava a elas sua escolha política, já que elas não se vincularam à militância por razões políticas, mas para correr atrás de homens.^{XXVII} Nesse sentido, se a mulher era um ser desviante das regras estabelecidas, como poderia ter uma “filha tão linda” se não se enquadrava como a imagem da mulher mãe-dona-de-casa?

A depoente somente tomou conhecimento sobre os sofrimentos vivenciados pela mãe por intermédio de outras pessoas e fontes, já que Maria Romaniolo nunca conversou com a filha sobre isso. Segundo Roberta, ainda no Brasil sua mãe foi presa mais 3 vezes e possivelmente quase sofreu um aborto em uma dessas prisões. A depoente descreveu que Roberta foi colocada em “uma sala onde batia sol direto, e ela foi deixada durante horas ali, porque eles diziam que filha de comunista era comunista também, então que filha de comunista não podia nascer. Mas eles não conseguiram fazer com que ela perdesse o bebê”.^{XXVIII}

Além disso, através de entrevistas e amigos, Roberta descobriu que a mãe foi espancada e estuprada, o que se somou com a dor constante da perda do marido, pois ele está desaparecido e seu corpo nunca foi encontrado:

E eu muitas vezes eu tive que tomar coragem para chegar para o Samuel e perguntar as coisas para ele, sabe, falar assim: Samuel aconteceu isso com a minha mãe? Ele disse assim para mim: aconteceu, aconteceu, entendeu, que ela foi estuprada, que ela foi espancada, aconteceu, e eu precisava ouvir isso dele, só que eu preciso estar bem para conversar com essas pessoas, para ouvir o que realmente aconteceu. E como a minha mãe nunca viu o corpo do meu pai, durante muito tempo ela acreditou que ele tivesse vivo, durante muito tempo ela acreditou que ele tivesse.^{XXIX}

Tamanha dor afetou sua mãe que se tornou superprotetora e silenciosa a ponto de contar para a filha o motivo verdadeiro da morte do pai somente quando Roberta tinha 10 anos, sendo que a iniciativa não foi tomada de propósito, mas em virtude de um processo documental necessário.

Depois de conseguir liberdade, Maria das Dores ainda procurou voltar para o Brasil, mas, atendida por uma organização de auxílio no Chile, foi enviada para o exílio na França. O restabelecimento de Maria com sua filha foi muito difícil, segundo Roberta, ela lutou muito para obter um emprego e desenvolveu depressão durante a estadia na França. Também, em consequência das violências e traumas sofridos, Roberta indica que sua mãe se tornou “superprotetora”:

Então, assim, uma superproteção que chegava a sufocar, sempre ela tinha que saber aonde eu estava, com quem eu estava, onde eu ia, eu não podia ir na casa de qualquer pessoa, ela tinha que saber quem era o pai, quem era a mãe, ela já dava uma investigada qual que era a história deles para eu poder ir na casa, eu não sabia disso, eu fiquei sabendo depois. [...] Então, assim, essa superproteção que eu sentia, e às vezes assim, quando ela lia, quando ela falava, o choro, às vezes quando a gente quando a gente conversava, então é nessa parte que eu sentia mais a instabilidade emocional dela. Depressão, graças a Deus, ela teve uma depressão quando realmente ela chegou na França, ela teve depressão, porque daí ela chegou num lugar, uma

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

criança pequena, não sabia falar, ele conta que ela não queria ir, que aí naquele momento realmente ela falava que ela tinha chegado no fundo do poço.^{XXX}

Essas preocupações com a filha não eram por menos, dado que Maria das Dores quase perdeu a filha duas vezes. A solidão foi uma das consequências a que as mulheres estavam submetidas e que poderia resultar em um sentimento de isolamento. Muitas vezes elas não foram compreendidas pela família e pela comunidade da qual faziam parte, não só os familiares se recusavam a ajudar de alguma forma bem como poderiam ser evitadas pela vizinhança. Tais transformações trouxeram medo e insegurança constante, na medida em que elas tiveram que repensar o tempo cotidiano e ordinário para desenvolver estratégias de ocultamento de informações, reorganizar atividades e ainda suspender relacionamentos, no intuito de se proteger e evitar atritos.^{XXXI}

Diante da narrativa de Roberta se pode inferir que sua mãe se fechou em si mesma, se utilizando da solidão na tentativa de proteger a filha e a si das dores que ela havia vivenciado. Mesmo o retorno ao Brasil também não foi fácil, especialmente para Roberta que não conhecia ninguém da família e não sabia falar português, pois sua mãe tinha medo de que descobrissem na França que elas eram brasileiras e não ensinou a língua.

Outra mulher com uma história semelhante à da mãe de Roberta foi Encarnação Hernandes Flores Chamorro, mãe da depoente Anita Leocádia Chamorro. O pai da depoente Antônio Chamorro era conhecido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e desde o momento do golpe civil-militar entrou para a clandestinidade deixando os/as filhos/as e a esposa em casa. Por conta da militância de Antônio, agentes da repressão vigiavam e invadiam a casa constantemente, o que rendeu muitos mandados de busca que eram guardados por Encarnação em uma caixinha na cozinha. Segundo Anita:

Eles iam com frequência, dessoravam coisas, jogavam bichinhos delas no chão [...] E, quando a polícia invadia, eu ficava preocupada, eles abriam a gaveta até o final, desmornavam a nossa casa, nossos bichinhos de pelúcia, e eu via a mamãe vermelha de ódio, mas eles iam embora, ela dizia: ‘Bom, vamos arrumar a casa.’ Como que se tivesse terminado uma festa. ‘Vamos botar tudo em ordem, vamos arrumar seu quatinho.’ Eu tinha tanto ódio, tanto ódio, a gente não podia nem pedir ajuda.^{XXXII}

A casa era invadida, espaço íntimo familiar, onde nem os brinquedos das crianças, que não tinham relação com os fatos, eram poupados. Ainda nessas situações o sentimento de solidão e isolamento estavam presentes, Anita relatou que elas não podiam nem mesmo pedir ajuda aos/as vizinhos/as, afinal eles poderiam ter preconceito, fato que já acontecia, pois algumas mulheres não deixavam os/as crianças brincarem com ela e seus irmãos.

O isolamento também foi sentido pela família de Anita. Conforme a depoente, sua mãe não saía da casa enquanto não recebesse ordem do partido. As invasões constantes e a espera pelo retorno do marido foram complicando a vida da família, os agentes tentavam fechar o cerco para conseguir prender seu pai, até que um dia eles chegam bêbados na casa onde moravam:

A última noite que eles estiveram lá, eles levaram a minha mãe para o quarto nosso. Nunca falamos a respeito disso, esse era um assunto proibido em minha casa, não que minha mãe não permitia, eu nunca tive coragem de falar com a minha mãe. E, esse alemão e esse japonês, e tinham um montão de homens, estavam bêbados, falavam alto, estavam armados, aí ele falou assim para mim, eu estava com tanta raiva, porque eu escutava bater na parede, sabe? Eu falava: ‘Será que eles estão matando a minha mãe?’^{XXXIII}

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

Depois desse provável estupro, Encarnação Hernandes e seus/a filhos/a deixaram a casa. Não há maiores descrições do que aconteceu com a família no depoimento de Anita, o foco do relato passa a ser a sua saída do Brasil. Anita viajou para a União Soviética (URSS) e sua mãe ficou sozinha cuidando do irmão que estava passando por momentos difíceis, ele havia sido bastante afetado pela ausência do pai e com a chegada da adolescência causava transtornos para Encarnação quando tentava provocar policiais.

A solidão diante da possível violação, da ausência do companheiro e das dificuldades quanto ao seu filho afetou Encarnação, como se pode notar nas palavras de Anita: “E, infelizmente, [...] a mamãe ficou sozinha com tudo isso, não deu para ela manejar isso”.^{XXXIV} Mesmo que não seja possível verificar maiores descrições dos sentimentos de sua mãe, ela se sentiu muito triste principalmente quando Anita partiu, como relatou a depoente:

Bom, a minha saída foi assim, a minha mãe me abraçou e me disse: ‘Não quero que você se lembre das coisas boas, só lembre das coisas ruins que aconteceram aqui, assim você não volta. Você fica lá.’ (ininteligível) ‘Não me deixe sozinho, não me deixe sozinho.’ Agarradinho de mim, da minha perna. A minha irmã teve um pirepaque. [...] Aí, eu estou saindo ali no carro, ele falou para mim: ‘Nossa, eu já levei muita gente, mas, eu nunca senti o que eu estou sentindo hoje não, parece que eu estou sequestrando alguém.’ Coisa terrível. Escutava a minha mãe chorando, da rua, mas ela não chorou na minha frente.^{XXXV}

A mulher que não chora (ela que deveria ser sentimental), que não demonstra as preocupações diante dos/as filhos/as, que se cala procurando evitar transmitir a dor que sente, como a mãe que fala, vá, só lembre das coisas ruins para não sentir saudade, e mesmo que doa nessa mãe ela instiga a filha a deixá-la. Novamente nos deparamos com a mulher mãe que esconde suas dores, pretendendo proteger seus/as filhos/as das situações e vivências que estavam experienciando.^{XXXVI}

O isolamento e a tentativa de mascarar a dor também esteve presente no depoimento de Derly Marluce dos Santos, mas a sua situação diverge um pouco da história da mãe de Anita, pois Derly chegou a ir para a prisão devido à militância de seu companheiro.

O testemunho de Derly, diferente dos outros anteriores, foi gravado em sua casa como indicado no início da transcrição do seu depoimento, porém não há indícios do motivo para tanto. No início de seu depoimento Derly relatou que iria começar pela pressão, muito provavelmente querendo dizer repressão, momento fundante do trauma para muitas mulheres militantes do afeto, mas também do contato delas com o meio político,^{XXXVII} o que Derly realmente afirma mais para o final do seu depoimento: “quem fez a minha cabeça política foi a repressão”.^{XXXVIII}

A depoente explicou que até 1968 tinha contato apenas com movimento estudantil, se considerando “inocente” e sem “nenhuma consciência política” até que, no final de 1970, conheceu seu companheiro, José Luís Moreira Brun. Os dois começaram a namorar e mesmo no início do relacionamento ela já estranhava algumas atitudes dele, como por exemplo ele pedia carona para Derly levá-lo de carro ao invés de andar por poucos quarteirões, segundo Derly: “Só depois que eu fui descobrir que eram os pontos que ele estava cobrindo, mas que eu não tinha consciência e nem ele me falava”.^{XXXIX}

Não foi possível confirmar em seu depoimento se Zé Luís contou para Derly sobre sua militância antes da prisão, mas após ambos serem presos ela encontrou na casa alguns papéis ligados à organização e descobriu que ele pertencia à Organização Revolucionária Marxista, editora do periódico Política Operária, ORM-POLOP ou POLOP. Um ponto interessante é que mesmo no momento da tomada de testemunho, Derly ainda se confunde com o nome da organização chamando-a de OCMLPO que ela define como Organização Comunista Marxista Leninista Político Operário.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

A prisão ocorreu em 1 de maio de 1972. Derly havia almoçado na casa de seus pais e quando chegou em casa os agentes já estavam lá, local onde ocorreu a primeira violência:

Aí me deu uma diarreia, eu queria ir no banheiro, comecei com dor de barriga, porque eles me jogavam na cama, puxavam da cama, mas não era uma tortura...era uma tortura psicológica, né? E aí foi muito desagradável, porque aí eu fui no banheiro e eles entraram no banheiro, porque primeiro falaram que tinha que deixar a porta aberta. Mas aí entraram, passaram a mão...quer dizer, não aconteceu nada de tão grave, mas para mim era como se eu estivesse sendo...^{XL}

A entrevistadora completa o corte na fala de Derly: “violada”. Derly, mais para frente em seu depoimento apresentou mais detalhes sobre a violação respondendo às perguntas objetivas feitas pela interlocutora da CNV. Ela explicou que houve penetração com a mão e descreveu a fala dos agentes no momento da violência: “Vamos ver se tem alguma coisa escondida”, e seus sentimentos em relação à violação: “É asqueroso, é uma coisa nojenta, que você não entende a brutalidade daquele absurdo”.^{XLI}

Durante o período em que esteve presa, a depoente não indicou ter sido violentada fisicamente, mas a situação em si gerava tensão, pois além de se encontrar privada de liberdade, ela ouvia os gritos de Zé Luís sendo torturado. Além disso, a depoente contou que durante sua detenção tentavam convencê-la de que ela não passaria de uma amásia (amante) e “que eu estava sendo usada, que eu não sei o quê, que eu não... que o meu marido era um bandido, aquelas bobagens todas. E eu não sabia nada”.^{XLII} É possível que tenham identificado em Derly alguém que não era militante política, o que nem sempre correspondia à realidade, e por isso já a qualificaram como amásia, ou seja, como uma mulher que fora enganada pelo marido que era potencialmente “subversivo”. Isso vai de encontro com a imagem que a repressão tinha construído de qualquer mulher que se envolvia com a militância, que era sempre lavada por um homem e nunca tomavam atitudes políticas próprias.^{XLIII}

Além da violência no momento da prisão, a detenção complicou o seu trabalho. Derly estava para ser promovida de função, mas consideraram a sua ausência como faltas e ela foi obrigada a trabalhar com um chefe abusador, como descreve:

Eu fazia um trabalho que realmente era muito subalterno, porque era um trabalho quase assim: eu guardava fita, guardava os negócios de computador, varria... não era uma faxineira, mas era uma coisa muito subalterna e aí eles... bom, aí fiquei lá trabalhando e realmente é muito desagradável, porque as pessoas são muito idiotas, eu tinha um chefe que realmente começou a abusar de mim, querer... sabe, eu me sentia encurralada, porque o Zé estava preso, a minha família não queria saber de nada... ah, e aí eu voltei no apartamento [...].^{XLIV}

Derly não deixa explícito o motivo da família não a apoiar, o que se pode inferir é que antes de se casar com Zé Luís ela morava no Paraná e para ficar junto do seu ex-companheiro escolheu ir até São Paulo, decisão que sua família era contrária. Por outro lado, enquanto estava presa entraram em contato com o seu pai e disseram “‘Olha, a sua filha está aqui porque a sua filha mora com um vagabundo’, sei lá o quê, falou qualquer palavra lá para o Zé Luís, ‘então o senhor se compromete a tomar conta dela’? Aí o meu pai falou que sim [...]”.^{XLV}

Seu marido permaneceu detido por 3 meses depois de sua liberação, e realmente não só seu pai a vigiou durante um tempo como também carros monitoravam a casa. Somente depois de um mês ela retornou ao apartamento que tinham e lá descobriu papéis da organização, o que para Derly foi revelador:

E foi muito bom, quer dizer, porque esclareceu muita coisa para mim, eu lendo, era uma linguagem muito direta, muito mais direta do que qualquer livro, né? Então aí eu

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

comecei a perceber, aí aprendi o nome da organização, aí comecei a ver o... e aí comecei a levar as coisas para o Zé, o Zé ficou... nessa época ele ficou três meses preso.^{XLVI}

Foi durante as filas das visitas ao seu ex-marido que Derly conheceu pessoas que, em suas palavras, “esclareceram as coisas”, como por exemplo sugeriram a procura de um advogado, o que ela fez. A posterior soltura do seu marido trouxe novas complicações, pois ele queria continuar na militância e ela aspirava se estabelecer financeiramente de forma legal. Segundo o seu depoimento, Derly não ajudava o marido porque tinha alguma simpatia pelo movimento, mas pelo relacionamento desenvolvido, como conta:

E aí tínhamos sempre...tínhamos combinado aquelas coisas: os dias que eu tinha que sair de casa porque ele tinha a reunião, tanto é que o nosso apartamento, depois que caiu, foi considerado aparelho, porque tinham reuniões lá em casa. [...] Apesar de ter me formado em Matemática, mas como eu estava dando já muita importância para a questão do que nós estávamos vivendo, eu preferia me sujeitar a um salário menor do que ter uma série de compromissos que depois eu ia ter que largar, de certa forma, o apoio...como eu digo: eu dava mais um apoio a ele do que propriamente...eu mesmo, eu não fui da organização, eu não era organizada.^{XLVII}

Mesmo partindo do presente Derly identifica que seu apoio se baseava no relacionamento construído entre eles, assim, é possível afirmar que Derly foi atingida pela repressão enquanto companheira de militante, categoria na qual pesa o fato de gênero, mas ela, com suas ações de apoio ao marido, não deixa de ser considerada uma militante do afeto.

O rompimento entre eles teve como ponto central as divergências sobre a possibilidade de ter um bebê. Para Zé Luís, o foco deveria continuar sendo a militância, já Derly queria ter um/a filho/a e se estabelecer financeiramente, pois estava em um emprego novo com um salário melhor. No final ela perdeu um bebê com 5 meses de gravidez em consequência da tensão e de desacordos sobre a criança, depois disso a relação ficou cada vez mais desgastada e eles se separaram.

Assim como Derly, Antônia Ribeiro de Magalhães só tomou conhecimento da militância do seu marido depois do casamento, e ainda se casou enquanto ele se utilizava de nome falso:

Mas ele não queria me envolver muito não, sabe? Eu nem sabia que era isso aí. Não sabia. Aí não tem jeito, né? E quando eu vi ele rasgando, ele queimando os documentos certos dele, aí eu cheguei perto dele e falou assim: ‘Olha, eu vou dizer uma coisa para você. Eu não me chamo esse nome aí não, me chamo Paulo Roberto Magalhães.’ No documento que ele estava.^{XLVIII}

Segundo Antônia, o nome falso de seu companheiro era José Feliciano de Souza Martins, que inclusive ela teve que alterar na sua documentação posteriormente. Durante o depoimento, Antônia afirmou não lembrar em qual organização ele militava, mas o envolvimento dele levou à prisão dos dois depois de 2 meses de casamento. Eles foram detidos no ano de 1971, acontecimento que inaugura a narrativa, descrito em detalhes:

Eu estava deitada, dormindo, aí eles entraram na minha casa, com metralhadora, colocaram nele e foi levando ele. Não sei nem como é que ele está vivo. Não sei como ele está vivo. Aí eu fiquei [trecho incompreensível] porque eu não tive coragem nem de levantar, aí continuei deitada. ‘Vamos, vamos, vamos levantar. Pega uma roupa, que a senhora vai ficar lá.’ Menina, eu nem roupa peguei. Eu fiquei só com aquela roupa. Tanta pulga que tinha lá. Lugar sujo, dormia no chão. Tinha uma irmã minha

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

de 13 anos, que havia vindo morar comigo, como é que eu ia deixar ela para atrás? Levei ela também.^{XLIX}

Para identificar quais as possíveis violências que Antônia sofreu, a interlocutora da CNV recorreu às perguntas objetivas. Esse movimento foi necessário, pois Antônia priorizava a descrição das violências sofridas pelo seu companheiro:

Levaram ele primeiro para lá, depois eles vieram me buscar. Aí foi aquele sofrimento, ele já estava com o rosto todo inchado, toda inflamada assim as costas, o rosto todo inchado. Aí, me penduraram no pau de arara, pelada, sem roupa, e começaram a me dar choque. [...] Eu e ele. Aí me levaram lá para a cela, minha irmã estava lá, de 13 anos, estava lá toda assustadinha, tadinha. E depois me levaram de novo. Aí levaram e ele já estava lá, ele não saiu de lá. Ele ficou e quando eu vi, ele estava com o rosto todo inchado. Ficou uma pessoa que eu nem reconhecia mais, de tão horrível que ele ficou. Aí começaram de novo me dando choque, de novo. Não sei como que eu estou viva. Não sei como é que eu estou.^L

Construindo uma narrativa, Antônia reitera várias vezes sobre o rosto inchado do companheiro, o que provavelmente a impactou, mas em nenhum momento ela descreveu as suas violências ou o efeito delas no seu corpo. As descrições feitas sobre si mesma se aproximam de uma narrativa objetiva, apesar de algumas de suas falas deixarem escapar um viés mais subjetivo, como quando fala que “não sei como é que estou viva” ou “Aí tirei a roupa, aí me colocaram igual carrega uma galinha, sabe, com a cabeça para baixo ainda, um tempão, [trecho incompreensível]. Puseram ele para me dar choque”.^{LI}

Talvez o protelamento das violências sofridas no relato de Antônia, pode dizer respeito ao paradoxo do testemunho feminino. Como já apresentado, as mulheres tendem a falar sobre si mediante as vivências de outras pessoas, uma vez que o padrão de gênero impõe certas características “femininas” como ser abnegada e zelosa, por conseguinte isso as levava a conceder preferência para as histórias de seus familiares no meio da narrativa sobre si.^{LII} Mas também Antônia busca dar mais visibilidade para seu companheiro, pois ele fazia parte da organização, o que poderia reforçar a tendência de chamar atenção para a história dele.

Outro ponto importante é que Antônia apenas confirmou receber choques na genital quando a interlocutora questionou de forma explícita, inclusive a depoente indicou que foi obrigada a dar choques em seu companheiro e ele nela. Nesse caso, a esquivas sobre o assunto pode ser remetida ao desconforto que envolve falar sobre a violência sexual que gera sentimentos de humilhação, vergonha ou até mesmo culpa, visto que se trata de um tipo de sevícia que prejudica diretamente a identidade pessoal construída.^{LIII} Antônia tornou explícito o sentimento de humilhação que sentiu diante da violência experienciada: “Humilhação que eu sofri lá dentro”.^{LIV}

Após ser liberada seu ex-marido continuou preso, como a família dele era de outra cidade Antônia foi a única que restou para visitá-lo, o que ela continuou a fazer. Além disso, Antônia foi demitida do serviço que havia começado 15 dias antes da prisão e encontrou dificuldade em arranjar emprego. Depois do fim da detenção do ex-marido, a depoente continuou com o companheiro por um tempo, período em que teve filhos, um no ano de 1974, um segundo em 1976 e outro no ano de 1980. Antes de Antônia dar à luz ao seu último filho ela perdeu 2 bebês, não há na fala dela algo que relacione os abortos aos choques que sofreu, então permanece a dúvida sobre uma possível ligação entre os acontecimentos.

Os depoimentos apresentados até este momento exemplificam o quanto essas mulheres foram atingidas a partir das suas relações familiares, em especial como esposas. Algumas optaram por permanecer com o companheiro para manter a família unida, como Benita Beatriz

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

Accioli Cannabrava, e outras só tiveram escolha depois do casamento, quando passaram a tomar consciência da militância do companheiro.

O suporte concedido pelas mulheres pode ser identificado como uma ação desempenhada segundo a lógica de afeto,^{LV} pois cuidar da família e do marido deveria ser sua obrigação conforme os estereótipos de gênero. Enquanto militantes do afeto, além de serem afetadas em virtude do apoio aos seus familiares, elas não só foram forçadas a conviver com o silêncio como uma imposição, mas também como uma forma de se proteger e se preservar de olhares desagradáveis, como expressou Antônia Riberio de Magalhães: “Não podia nem falar. Porque as pessoas sabiam que eu tinha um marido preso, que eu estive presa, nossa senhora, parecia que eu tinha uma doença”.^{LVI}

A depoente Rianete Lopes Botelho foi outra militante do afeto que apoiava a seu marido no Partido Operário Revolucionário (POR), mas que optou por não se vincular à organização. Segundo o seu depoimento, Rianete não discordava da militância em organizações de esquerda, mas considerava que tinha uma responsabilidade em relação aos filhos:

fomos simpatizando, depois ele se filiou ao partido, eu nunca entrei na militância, não por discordar, mas, porque eu tinha quatro filhos, eu achei que, embora na época, foi, isso, não havia nenhum tipo de repressão tão forte, mas, era uma questão de cuidado com, se eu não tivesse filhos era, seria diferente.^{LVII}

A conciliação entre militância e maternidade foi conflitante, mesmo que apenas na subjetividade. Ela requeria conciliar escolhas pessoais com normas das organizações, com as regras e o ambiente dos movimentos, inseridos na clandestinidade e na possibilidade de detenção.^{LVIII}

Rianete foi detida duas vezes, em 1963 e 1967. Ela ainda amamentava quando foi presa na porta da fábrica onde, pela primeira vez, presenciou as atividades realizadas pela organização. A depoente passou um dia no DOPS, depois foi transferida para o presídio Tiradentes. A sua casa permanecia vigiada por agentes à espera do seu retorno, tanto as crianças como a empregada eram monitoradas por eles. Após sua liberação, para conseguir informações sem ter que ir até lá, Rianete entrou em contato com a vizinha e juntas bolaram um plano para conseguir retirar as crianças sem que os agentes percebessem. O plano envolvia cronometrar o tempo de uma ronda para a outra, esquema que deu certo e as crianças foram levadas. Ainda em junho de 1964, o marido de Rianete continuava preso, depois que ele foi solto, a família fugiu de kombi para o Recife.

No final de 1964, Rianete e as crianças desceram para o Rio de Janeiro, enquanto o seu marido se exilou no Uruguai. Esse momento foi muito difícil financeiramente, segundo Rianete, o seu companheiro ganhava muito bem como publicitário quando ainda estava no Brasil, com ele no exílio ela e as crianças passaram a viver de seu salário como funcionária pública que sofreu alterações depois da primeira prisão, por conta disso, ela e as crianças receberam ajuda de amigos da família. Posteriormente, quando seu marido retornou, ele continuou trabalhando no ramo de publicidade, mas de forma clandestina, o que impactou no seu salário.

Em 1967, ela e o marido foram presos como fiadores de um casal de militantes que haviam alugado uma casa. Rianete realmente não conhecia o casal, porém continuou presa por um tempo, lá ela manteve contato com outra depoente Denise Peres Crespim, auxiliando Denise que foi presa e torturada grávida. É importante ressaltar que durante essa segunda prisão Rianete não sabia o que havia acontecido com os filhos, se estavam sozinhos em casa ou se foram levados, ela só tomou conhecimento de que seu marido encaminhou um bilhete para a secretária buscá-los posteriormente.

Durante o período que ficou detida Rianete relatou a ocorrência de ameaças de violência física e de que a chamavam de mentirosa, mas não fez descrições de falas com teor sexual.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

Talvez uma hipótese é que em sua primeira prisão, em 1963, a estrutura da repressão ainda estava se desenvolvendo. Na segunda prisão não havia ligação de fato entre ela e o casal que alugou a casa, isso pode ter contribuído para evitar a realização de violências.

Por fim, a última mulher não militante que foi presa junto com seu companheiro a ser citada foi Neusa Ferreira de Souza. Neusa não tinha certeza em relação a qual organização seu companheiro pertencia, provavelmente ele se engajou no PCB. Quando perguntada sobre a sua militância, afirmou que “ficava com ele”, por isso ela foi considerada uma militante do afeto envolvida por conta de suas ligações pessoais.

O casal foi responsável pelo empréstimo do sítio para a realização do congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna no ano de 1968, que reuniu centenas de estudantes. Descobertos como proprietários, foram presos em 1970, ela junto com 2 filhas, uma de 2 anos e a outra de 1 ano, sendo encaminhadas para a OBAN. Neusa permaneceu 2 meses presa com as filhas em uma cela: “O meu maior medo é quando eu os deixava sozinha, eu tinha medo que levassem embora as crianças, tinha pavor”.^{LIX} Esse medo também é salientado após uma pergunta realizada pela entrevistadora:

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Então as torturas que você sofreu foram as psicológicas? As físicas nunca...

Brigavam, xingavam as crianças, tampavam a boca da menina, isso daí foi uma tortura e acho que (ininteligível 0:29:44), talvez que essa é uma das piores, porque quando você sai e deixa a criança, eles falavam uns nomes feios que eu não gosto de citar, no livro tem, mas eu pessoalmente não gosto de citar, mas foi muito difícil.^{LX}

Retirar os filhos de Neusa em uma situação que já era de incerteza, pois eles estavam presos em um contexto em que prisão poderia significar morte e desaparecimento, e ainda se utilizar de violência verbal contra crianças na frente da mãe que se vê impotente, intensifica o sofrimento vivenciado. O uso da emoção, aqui especialmente da culpa, foi utilizado como forma de aumentar a tortura contra as mães, as responsabilizando pela dor daqueles/as que elas deveriam zelar.^{LXI}

Para fechar este texto, serão apresentadas duas mulheres que foram afetadas de forma diferenciada daquelas já colocadas. A primeira foi a mãe da entrevistada Guiomar Silva Lopes. Médica e militante da ALN, Guiomar adentrou na organização no ano de 1968 quando começou a participar de pequenas ações e depois integrou o Grupo Tático Armado (GTA). Guiomar foi presa em março de 1970 por causa de uma placa de um carro comprado em seu nome, momento em que as torturas já começavam:

Então, a gente não dizia o nome, mas era um jeito né? E, onde é que você mora? Não falava. Bom, aí essa coisa durou um tempo de muito soco, muito e choque, aí eles levaram pra aquela sala lá do pau de arara, quer dizer, do pau de arara e aí eu fui obrigada a tirar a roupa e me penduraram e ainda dando... tinha um pedaço de madeira, não sei o que que era aquilo.^{LXII}

O pedaço de madeira utilizado era chamado de palmatória e no seu caso foi empregue para dar pauladas nas suas costas. Segundo o seu relato, Guiomar ficou inconsciente e foi levada ao hospital devido a debilidade física decorrentes das sevícias, a sua internação ocorreu porque eles precisavam de informações suas naquele momento, mas muitas ficaram sem atendimento médico. Ela foi encaminhada para o Hospital das Clínicas em São Paulo, local onde Guiomar tentou suicídio se jogando da janela do hospital que se localizava no 4º andar. Esse acontecimento resultou em muitas fraturas e na sua transferência para o Hospital Militar. Com a prisão da filha, a mãe de Guiomar saiu a procura de informações suas, foi então que os agentes do governo extorquiram a mãe da depoente em troca de notícias:

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

É, quando que eles souberam eu não sei. É não sei, não sei dizer, mas uns dias depois na OBAN foi, acho que foi, sabe o que eles faziam? A minha mãe foi vítima assim de, como é que eu digo? Eles telefonavam, dizendo eu tenho, eu tenho notícias da sua filha e pediam dinheiro, entende?.^{LXIII}

Sua mãe pagou o dinheiro requisitado, o que posteriormente contribuiu para a piora da situação financeira:

Aí minha família tinha sido desestruturada completamente, enfim em termos financeiros, em termos, aí minha mãe tinha se separado do meu pai, eu fiquei com a minha mãe um tempo, que tava com problemas de... financeiros assim, bastante graves, aí eu fiquei um tempinho com ela [...].^{LXIV}

Ela não dá mais detalhes sobre o ocorrido.

Se a mãe de Guiomar foi extorquida, a mãe de Rosalina de Santa Cruz Leite recebeu uma carta que a depoente atribuiu ao Exército:

o Segundo Exército, manda uma carta para mamãe dizendo assim: ‘olha, as cartas que nós recebemos, tanto mandada para o Juarez Távora, quanto a mandada aqui para o Segundo Exército são diferentes, as assinaturas não batem, qual é o objetivo da senhora em querer denegrir o Exército, dizer que aqui tem tortura, que temos cárcere? O Exército é a instituição mais digna dessa sociedade, a senhora não tem o direito de fazer isso. E qual o intuito que a senhora está fazendo?’ [...] E a Comissão de Recife deve chamar esse cara, porque como é que ele assina essa carta, uma carta de ameaça? E que está provado hoje, para a Anistia Internacional que é falsa, que existia cárcere, que existia isso e que as cartas não tinha que ficar conferindo assinatura [...].^{LXV}

Segundo Rosalina, sua mãe havia entrado em contato com a Anistia Internacional à procura de um companheiro desaparecido, muito provavelmente ela tentou entrar em contato com outras instituições para saber o paradeiro da pessoa. Como era de costume, os órgãos estatais negavam a existência da tortura e do desaparecimento no Brasil, assim, o fato da mãe de Rosalina ter entrado em contato e divulgado a existência do desaparecimento poderia ser entendido como uma ameaça à imagem institucionalizada pelo governo.

Esse trabalho foi dedicado às mulheres militantes pelo afeto que se viram envolvidas enquanto familiares e simpatizantes, cuidando e preservando a sua família unida. Levando em conta todos os casos aqui apresentados foi possível identificar que a grande maioria das descrições evocavam mulheres que estavam envolvidas na trama da repressão através de seus companheiros, mas também existiram as filhas, irmãs e simpatizantes que não foram apresentadas neste texto, mas que também foram atingidas e desempenharam ações de resistência.

Considerações Finais

Do total das 116 transcrições analisadas, 30 foram consideradas como pertencentes às militantes do afeto, se constituindo de esposas, filhas, irmãs e simpatizantes. Nem todos os 30 depoimentos foram apresentados, a investigação aqui exposta se centrou em companheiras e em militantes do afeto citadas em depoimentos em geral. Foi possível constatar que, apesar de as militantes do afeto não se enquadrarem, na maioria dos casos, no estereótipo de “puta comunista” construído pela repressão para as mulheres que estavam engajadas em organizações, elas também sofreram e foram atingidas pela violência.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

Consideradas “amantes” ou “amásias”, assim como as militantes políticas, as militantes do afeto eram destituídas de escolhas próprias ao ficar ao lado de seus companheiros, para a repressão elas eram mulheres que estavam sendo enganadas ou estavam compactuando com os “subversivos”. Por conta disso, elas foram atingidas nos seus corpos, tiveram seus filhos/as ameaçados/as e foram forçadas ao exílio. Tal constatação é importante pois a utilização do gênero não foi reconhecida desde o início dos debates sobre a tortura, existiram discussões sobre a possibilidade do igualitarismo das violências empregadas.^{LXVI}

Da mesma forma que a tortura atingiu corpos sexuados e segundo características de gênero, a violência da repressão atingiu companheiros e companheiras de maneiras diferentes, as mulheres devido às expectativas criadas que as colocavam como cuidadoras da família, adentravam mais no meio político a partir da luta em defesa de seus familiares. Em todos os casos analisados somente foi possível constatar 2 casos em que companheiros de mulheres militantes foram presos, em um deles se tratava de um namorado de uma militante e que também era irmão de uma depoente, no outro caso, o companheiro foi preso e colaborou com a repressão.

Denunciar essas violações pode contribuir para desmistificar discursos de que a tortura foi mais branda para aquelas que se fingiam de “inocentes”, mesmo que se utilizar do estereótipo feminino como “frágil” tenha, de fato, ajudado a despistar a repressão algumas vezes de forma sagaz, contudo, os depoimentos das militantes do afeto comprovam que essa regra não valia sempre e as exceções poderiam resultar em muita violência.

Notas

^I Mestre em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), graduada em História na mesma instituição. Este trabalho é resultado de um capítulo da minha dissertação que teve como tema investigar sobre a resistência de mulheres à ditadura militar.

^{II} JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994.

^{III} JELIN, op. cit., p. 135.

^{IV} JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001; JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, 2011.

^V BRITO, Dicliani Suissa Martins de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 2.

^{VI} ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

^{VII} ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**. 2016. Dissertação (História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016, p. 51.

^{VIII} ROSALEN, op. cit., p. 127.

^{IX} SOIHET, Rachel. Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero. In: PEDRO; WOLFF (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 208-224.

^X CANNABRAVA, Benita Accioli. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 12.

^{XI} ROSALEN, op. cit., p. 116.

^{XII} PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, v. 12, n. 1-2, jan./dez. 2009, p. 123.

^{XIII} CANNABRAVA, op. cit., p. 7.

^{XIV} CANNABRAVA, op.cit, p. 34.

^{XV} JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

^{XVI} CANNABRAVA, op. cit., p. 5.

^{XVII} A Associação foi fundada em 2008, a partir da seleção de mulheres solicitada pelo Comitê do Prêmio Nobel da Paz, sediado em Oslo, na Noruega, que previa a inscrição de mil mulheres dos cinco continentes para concorrer, coletivamente, ao Prêmio Nobel da Paz em 2005. A partir da elaboração da lista, a ONG foi fundada, e, segundo

as informações constantes no seu site de criação, tem como objetivo: “A Associação Mulheres pela Paz é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva fortalecer e divulgar a cultura da paz, por meio do desenvolvimento da igualdade de gênero, da cidadania e dos direitos humanos. Sua missão é pôr em rede ações de mulheres que acreditam que o exercício da paz se dá no cotidiano. Como princípio fundamental, a Associação Mulheres pela Paz não discrimina nenhuma pessoa por motivos de gênero, raça, classe social, idade, religião, opção sexual, preferência político-partidária.”. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/o-que-somos/>. Acesso em: 11 de jun. 2024.

^{XVIII} SOIHET, op. cit., p. 120.

^{XIX} FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. 1996. 149f. Dissertação (Antropologia Social). UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

^{XX} CANNABRAVA, op. cit., p. 3.

^{XXI} CARVALHO, Pedrina José de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.4.

^{XXII} CARVALHO, op. cit., p. 4.

^{XXIII} GOMES, Athaysi Colaço, MOLMELSTE, Laíza Fuckner “Quem me leva os meus fantasmas?”: Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org). **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p.174.

^{XXIV} CARVALHO, op. cit., p.5.

^{XXV} GOMES, op. cit., p.180-181.

^{XXVI} MATTOS, Roberta Romaniolo de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 2.

^{XXVII} COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997, p. 104.

^{XXVIII} MATTOS, op. cit., p. 9.

^{XXIX} MATTOS, op. cit., p. 7.

^{XXX} MATTOS, op. cit., p. 28.

^{XXXI} ROVAI, op. cit., p. 228.

^{XXXII} CHAMORRO, Anita Leocádia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 9.

^{XXXIII} CHAMORRO, op. cit., p. 9.

^{XXXIV} CHAMORRO, op. cit., p. 6.

^{XXXV} CHAMORRO, op. cit., p. 41.

^{XXXVI} JELIN, Elizabeth. Subjetividade y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, 2011, p.560.

^{XXXVII} ROVAI, op. cit., 2013.

^{XXXVIII} SANTOS, Derly Marluce dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 18.

^{XXXIX} SANTOS, op. cit., p. 3.

^{XL} SANTOS, op. cit., p. 6.

^{XLI} SANTOS, op. cit., p. 10-11.

^{XLII} SANTOS, op. cit., p. 9.

^{XLIII} COLLING, 1997.

^{XLIV} SANTOS, op. cit., p. 15.

^{XLV} SANTOS, op. cit., p. 12.

^{XLVI} SANTOS, op. cit., p. 15.

^{XLVII} SANTOS, op. cit., p. 5-6.

^{XLVIII} MAGALHÃES, Antônia Ribeiro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 16.

^{XLIX} MAGALHÃES, op. cit., p. 2.

^L MAGALHÃES, op. cit., p. 4.

^{LI} MAGALHÃES, op. cit., p. 3.

^{LII} JELIN, 2001.

^{LIII} CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. 2018. 251 p. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

^{LIV} MAGALHÃES, op. cit. P. 4.

^{LV} JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, 1994, p. 117-149.

^{LVI} MAGALHÃES, op. cit., p. 19.

-
- ^{LVII} BOTELHO, Rianete Lopes. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 2.
- ^{LVIII} PEREIRA, op. cit., p. 103-128.
- ^{LIX} SOUZA, Neuza Ferreira de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 2.
- ^{LX} SOUZA, op. cit., p. 12.
- ^{LXI} GOMES, op. cit., p.168-184.
- ^{LXII} LOPES, Guiomar Silva. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 16.
- ^{LXIII} LOPES, op. cit., p. 29.
- ^{LXIV} LOPES, op. cit., p. 28.
- ^{LXV} LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 54.
- ^{LXVI} Um texto que segue por essa linha é: COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do cárcere de uma feminista ex post. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 276- 283.

Referências bibliográficas

- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.
- CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. 2018. 251 p. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do cárcere de uma feminista ex post. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 276- 283.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. 1996. 149f. Dissertação (Antropologia Social). UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- GOMES, Athaysi Colaço, MOLMELSTE, Laíza Fuckner “Quem me leva os meus fantasmas?": Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org). **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p.168-184.
- JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
- JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011.
- PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, v. 12, n. 1-2, jan./dez., p. 103-128, 2009.

ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas**: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979). 2016. Dissertação (História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968**: a greve no masculino e no feminino. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

SOIHET, Rachel. Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero. *In*: PEDRO; WOLFF (orgs.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 208-224.

Fontes

BOTELHO, Rianete Lopes. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rianete_Lopes_Botelho_25.06.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRITO, Diclani Suissa Martins de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Diclani_Suissa_Martins_de_Brito_-_22.10.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CANNABRAVA, Benita Accioli. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Benita_Beatriz_Accioli_Cannabrava.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARVALHO, Pedrina José de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Pedrina_Jose_de_Carvalho_transcricao.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CHAMORRO, Anita Leocádia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/nicol/OneDrive/Documents/Bibliografia%20mestrado%202022/Volumes%20da%20CNV,%20CEMDP/Depoimentos/Anita_Leocadia_Chamorro.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rosalina_de_Santa_Cruz_Leite.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LOPES, Guiomar Silva. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Guiomar_Silva_Lopes_-_26.08.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

MAGALHÃES, Antônia Ribeiro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em:

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA “MILITANTES DO AFETO”

PINTO, N. M. B.

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Antonia_Ribeiro_de_Magalhaes_-_21.11.2013_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

MATTOS, Roberta Romaniolo de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Roberta_Romaniolo_de_Mattos_18.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, Derly Marluce dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Derly_Marluce_dos_Santos_-_06.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SOUZA, Neuza Ferreira de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Neusa_Ferreira_de_Souza.pdf. Acesso em: 15 de. 2023.